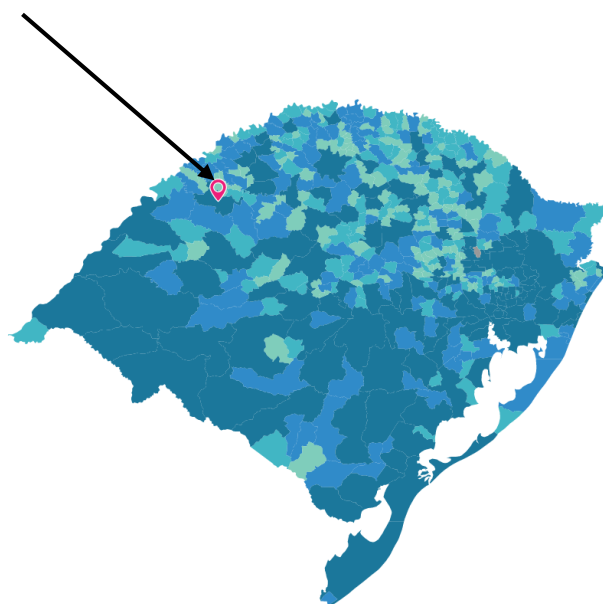
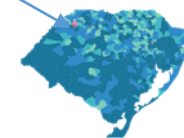


Referencial CURRICULAR Gaúcho

DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA





SIDNEY LUIZ BRONDANI
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO OLAÍDES RODRIGUES DA TRINDADE
VICE-PREFEITO

ROSANGELA APARECIDA MINUZZI VIDOTO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

MÔNICA PAGLIUSI LOPES JUSTO
COORDENADORA DA 32ª COORDENADORIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

JERUSA DUTRA SCHREINER
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARCELO AUGUSTO MALLMANN
PRESIDENTE UNDIME-RS

BRUNO EIZERIK
PRESIDENTE DO SINEPE-RS



**COMISSÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO
SÃO LUIZ GONZAGA**

COMISSÃO GERAL

Rosangela Aparecida Minuzzi Vidoto
Jerusa Dutra Schreiner
Mônica Pagliusi Lopes Justo

REDE MUNICIPAL

Karina de Souza Zborowski- Semede
Mirian Adriana Bastos -Semede
Fernanda das Chagas Oliveira-Semede
Rosneli Aparecida Antonini-Semede

REDE ESTADUAL

Maria Aparecida da Silva- 32ª CRE
Jocmeri Toso Karlinski- 32ª CRE
Lizandra Andrade Nascimento- ETE Cruzeiro do Sul
Tania Cristina Oliveira Pilecco- E.E.E. Médio Profº Terezinha Medeiros Schneider
Teresinha de Fátima da Silva Ferreira- Instituto Estadual de Educação Professor
Osmar Poppe

REDE PARTICULAR

Fabiane Ramos Lopes- Escola de Educação Infantil Florescer



**COMISSÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO
SÃO LUIZ GONZAGA**

COMISSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

0 a 2 anos

Nara Aparecida da Trindade Garcia- EMEI Cecília Petry Batista

Ana Lucia Moreira Rebolho- EMEI Tancredo Neves

3 anos

Tanira Escobar Pereira- EMEF Centenário

Fabiane Ramos Lopes- Escola de Educação Infantil Florescer

4 e 5 anos

Eulália Ferreira da Rocha- EMEF Francisca Lencina

Anelise Nascimento Teixeira- Escola de Educação Básica da Uri – São Luiz
Gonzaga



**COMISSÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO
SÃO LUIZ GONZAGA**

COMISSÃO DOS ANOS INICIAIS

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Mara Regina Trindade Teixeira- EMEF Centenário

Vera Lúcia Schmitz- EMEF Érico Veríssimo

CIÊNCIAS HUMANAS- HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Andreia Ferraz Borba- Instituto Estadual de Educação Professor Osmar Poppe

Solange Janete Wammes Castilho- EEEF Professora Amália Germano de Paula

MATEMÁTICA

Araci Sirlei Scheuer Siqueira- EEEF Professor João Aloísio Braun

LINGUAGENS

EDUCAÇÃO FÍSICA,

Rosa Carine Menezes de Mattos - Escola de Educação Básica da Uri – São Luiz
Gonzaga

LINGUA PORTUGUESA

Rosmere das Chagas dos Santos - EEEF Dr. Mário Vieira Marques

ARTES

Tereza Nogueira Fontoura da Silva - EMEI Florinda Caetano Braga

ENSINO RELIGIOSO

Carmem Lúcia Machado Martins - EMEF Boa Esperança



**COMISSÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO
SÃO LUIZ GONZAGA**

COMISSÃO DOS ANOS FINAIS

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Francieli Brun Maciel - EMEF Francisca Lencina

Cristiane Barbosa de Oliveira - EMEF Padre Augusto Preussler

CIÊNCIAS HUMANAS- HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Ricardo Ferreira Bernardo - 32º CRE

João Alberto Machado Hengen - EMEF Mamede de Souza

Mariza Klein Ditz - EEEM Gustavo Langsch- Polivalente

MATEMÁTICA

Renata Barth Machado - Escola de Educação Básica da Uri – São Luiz Gonzaga

Gisela Comaretto dos Santos - EMEF Mamede de Souza



LINGUAGENS

LÍNGUA ESPANHOLA

Nilton Volnei Souza de Matos - EMEF Boa Esperança
Sabine Ferreira Brum - EEEM São Luiz
Salete Marli Carvalho da Cruz - Instituto Estadual Rui Barbosa

EDUCAÇÃO FÍSICA

Eliane Knierim Aleixo – EMEF Ernestina Amaral Langsch
Cíntia Trauer Fabrício - EMEF Boa Esperança

LÍNGUA INGLESA

Rosinéia Izac Zorzo - EMEF Boa Esperança

LÍNGUA PORTUGUESA

Kelly Medeiros dos Santos - Instituto Estadual de Educação Professor
Osmar Poppe

LÍNGUA PORTUGUESA- ARTES

Rosemar Nunes Cruz - EEEM Gustavo Langsch- Polivalente

ENSINO RELIGIOSO

Vera Lucia de Vargas Padilha - EMEF Padre Augusto Preussler



TEXTO INTRODUTÓRIO

Lizandra Andrade Nascimento- ETE Cruzeiro do Sul
Karina de Souza Zborowski- Semede
Maria Aparecida da Silva- 32ª CRE
Tania Cristina Oliveira Pilecco- E.E.E. Médio Profª Terezinha Medeiros Schneider
Teresinha de Fátima da Silva Ferreira- Osmar Poppe

TEXTO DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

Rosangela Aparecida Minuzzi Vidoto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

EDUCAÇÃO INFANTIL

Nara Aparecida da Trindade Garcia- EMEI Cecília Petry Batista

CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tereza Nogueira Fontoura da Silva - EMEI Florinda Caetano Braga

CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA

Gisela Comaretto dos Santos - EMEF Mamede de Souza

CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – LINGUAGENS



**CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL –
CIÊNCIAS HUMANAS**

Mariza Klein Ditz - EEEM Gustavo Langsch- Polivalente

**CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL –
CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Francieli Brun Maciel - EMEF Francisca Lencina

**CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL –
ENSINO RELIGIOSO**

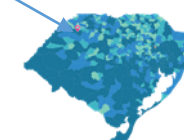
Vera Lucia de Vargas Padilha - EMEF Padre Augusto Preussler

REVISORES ORTOGRÁFICOS

Karina de Souza Zborowski- Smede
Mirian Adriana Bastos -Smede
Fernanda das Chagas Oliveira-Smede
Rosneli Aparecida Antonini-Smede
Francieli Brun Maciel - EMEF Francisca Lencina

REVISÃO E REDAÇÃO FINAL

Francieli Brun Maciel - EMEF Francisca Lencina



SUMÁRIO

1	CONCEPÇÕES	15
1.1	Educação	16
1.2	Aprendizagem	17
1.3	Currículo	17
1.4	COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE	18
1.5	Interdisciplinaridade	21
1.6	Educação Integral:	22
1.7	Educação infantil de tempo integral	23
1.8-	Educação de Tempo Integral para o ensino fundamental e médio	23
1.9	Ciência e Tecnologia Aplicadas à Educação do Século XXI	24
1.10	Avaliação.....	25
1.11.	Formação Permanente de Docentes.....	26
2	ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	27
2.1	Educação Infantil.....	27
2.2	Ensino Fundamental	28
2.3	Ensino Médio	31
2.4	Ensino Técnico Profissionalizante de Nível Médio	32
2.5	Curso Normal.....	33
3	MODALIDADES DE ENSINO	36
3.1	Educação Especial - Educação Inclusiva, Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado.....	36
3.2	Educação de Jovens e Adultos.....	37
3.3	Especificidades do NEEJA	38
3.4	Educação do Campo	39
3.5	Educação das Relações Étnico-Raciais	40
4	.Temas contemporâneos	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
6	ATA DE APROVAÇÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA, APROVADA NO FÓRUM MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO ...	67



BNCC / RCG / DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

O artigo 211 da Constituição Federal, identificando a complexidade na prestação e provimento da educação pública, determina que a “União, os Estados e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.” A regulamentação incipiente sobre um regime de colaboração na área educacional torna a fomentação de políticas educacionais como tarefa difícil. Na esteira dos dispositivos legais, destaca-se além da Constituição Federal/88 - Art. 210 que assegura a formação básica comum, outros marcos legais como: LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Art. 26; Plano Nacional de Educação 13.005/25 de junho de 2014, mais especificamente na metas Meta 2 – estratégia 2.1 e Meta 3 – estratégia 3.1; assim como Plano Estadual de Educação e os Planos Municipais de Educação.

O regime de colaboração está pautado na forma cooperativa, colaborativa e não competitiva de gestão das políticas educacionais estabelecida entre União, o estado e os Municípios. Ele estabelece relações entre os entes federados para o desenvolvimento de ações que beneficiem todos. É neste sentido que a implementação da BNCC e a construção do Referencial Curricular Gaúcho se institui, enfrentando os desafios educacionais de todas as etapas e modalidades da educação pública e privada.



Portanto, baseia-se em regulamentação que estabelece atribuições específicas de cada representação educacional, em que os compromissos sejam partilhados e organizados por uma política referenciada na unidade nacional. Assim, tal construção exigiu relações de interdependência entre os entes federados, não no sentido vertical, mas na horizontalidade dos benefícios e responsabilidades. É exatamente nesta perspectiva que este documento se inscreve, abrindo mão das particularidades para consolidar um documento curricular de território, observando ainda o não engessamento do currículo, mas entendendo-o como construção social balizador dos documentos próprios, respeitando seus contextos.

As proposições metodológicas adotadas constituíram-se em estratégias à implementação desta política no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o cenário da educação nacional (implementação da BNCC). Tal movimento articulado em regime de colaboração também converge e está em consonância com as lutas históricas e debates de construção coletiva das políticas educacionais.

Após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017 e do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), em dezembro de 2018, em março deste ano, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte - SEMEDE, juntamente com a 32ª CRE Coordenadoria Regional de Educação e a Rede Particular de Ensino, com o apoio do Conselho Municipal de Educação de SLG, iniciaram os diálogos, a fim de constituir as comissões de cada Área do Conhecimento e Nível de Ensino para juntas estudarem e apresentarem as contribuições para o nosso Documento.

Este Documento de Território, que é composto pela Rede Municipal, Estadual e Privada, em consonância com a BNCC e o RCG, permite que as escolas de ambas as redes tenham o mesmo currículo a partir de 2020, prazo máximo para a implementação da BNCC- RCG e Documento Orientador.

Rosângela Aparecida Minuzzi Vidoto

Secretária Municipal de Educação e Esporte



BNCC/RCG/Documento Orientador - SÃO LUIZ GONZAGA

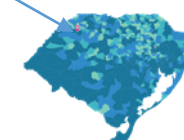
TEXTO INTRODUTÓRIO

A Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Trata-se de um documento normativo, que determina o conjunto de aprendizagens essenciais, que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Em conformidade com o Ministério da Educação, a Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas, por todos os estudantes, no decorrer da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Em virtude da implementação da BNCC, o Estado do Rio Grande do Sul desenvolve o processo de adequação do currículo escolar a nível estadual. Por meio da Resolução CEEEd N.º 345, de 12 de dezembro de 2018, institui e orienta a implementação do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), elaborado em regime de colaboração no território estadual, como documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes do Rio Grande do Sul, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e respectivas modalidades, no território estadual.

De acordo com o RCG, as instituições escolares públicas e privadas, bem como suas mantenedoras, podem adotar formas de organização curricular e propostas de progressão que julgarem adequadas no processo de construção ou revisão de suas Propostas Pedagógicas/Projetos Político-Pedagógicos (PPP), exercendo autonomia prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDBEN/96, atendido o conjunto de habilidades e competências, bem como os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento instituídos no RCG, a ser respeitado obrigatoriamente ao longo das etapas da



Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Especificamente no que se refere ao contexto de São Luiz Gonzaga, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, o Conselho Municipal de Educação e a 32ª Coordenadoria Regional da Educação, constituiu-se uma Comissão Geral, com a incumbência de sistematizar os estudos a nível de território local. Nesse interim, compreende-se território, a partir das determinações da Resolução CEEed N.º 345/2018, como:

[...] espaço apropriado e transformado pela ação humana, para além do espaço físico – município, estado, união; o território utilizado é o “chão” somado a identidade, enquanto pertencimento aos grupos, vivências e espaço, todas as relações estabelecidas entre os sujeitos, no espaço físico demarcado; é o fundamento do trabalho, das trocas e do exercício da vida; e especificamente, expressa também o que se quer alcançar em termos de educação nos espaços vividos, envolvendo todas as redes, sistemas e instituições de ensino, públicas ou privadas, implicadas, no caso desta Resolução, para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica e suas modalidades.

São Luiz Gonzaga localiza-se na Região das Missões, Noroeste do Rio Grande do Sul, com uma área total de 1.295,837 km² e uma população de 33.468 habitantes (estimativa de 2019).

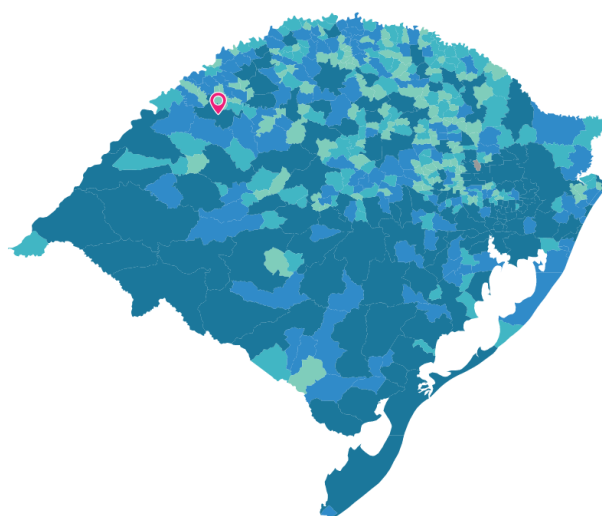


Figura 1 – Localização de São Luiz Gonzaga no Rio Grande do Sul
Fonte: IBGE



Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o panorama educacional do município contempla 3.939 matrículas no Ensino Fundamental (2018), 1.282 matrículas no Ensino Médio (2018), contando com um total de 270 docentes no Ensino Fundamental e 139 docentes no Ensino Médio, os quais atuam em 37 estabelecimentos de ensino. A taxa de escolarização na faixa etária de seis a catorze anos (2010) é de 98,8%.



Figura 2 – Ranking de Taxa de Escolarização de São Luiz Gonzaga
Fonte: IBGE

Em 2017, São Luiz Gonzaga atingiu o IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 6,1 e IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental de 4,6. Com esta pontuação, o município ocupa a posição 210º no Estado do Rio Grande do Sul nos Anos Iniciais e 240º nos Anos Finais. Quanto ao Ensino Médio, em 2017, o IDEB atingido na esfera municipal foi de 3,6 e a meta para 2019 é de 3,8.

Neste cenário, abrangem-se todas as etapas e modalidades da Educação Básica. A seguir, apresentam-se as concepções que fundamentam a educação no contexto de São Luiz Gonzaga.

1- CONCEPÇÕES



1.1- Educação

Em conformidade com o RCG, a educação escolarizada pauta-se no direito de aprender independente do sistema ou rede educacional em que pertencem os estudantes. Também implica na contextualização e sistematização dos conceitos articulados com processos de aprendizagem organizados de forma interdisciplinar e transdisciplinar; na construção do conhecimento orientado pelo professor em atividades diversificadas com foco no desenvolvimento de competências e habilidades de cada etapa de ensino, vinculando as macro competências da BNCC, e o entendimento do estudante como protagonista do processo educativo (PARECER CEEEd N.º 345/2018).

Para Hannah Arendt (1972),

A educação é assim o ponto em que se decide se se ama suficientemente o mundo para assumir responsabilidade por ele e, mais ainda, para o salvar da ruína que seria inevitável sem a renovação, sem a chegada dos novos e dos jovens. A educação é também o lugar em que se decide se se amam suficientemente as nossas crianças para não as expulsar do nosso mundo deixando-as entregues a si próprias, para não lhes retirar a possibilidade de realizar qualquer coisa de novo, qualquer coisa que não tínhamos previsto, para, ao invés, antecipadamente as preparar para a tarefa de renovação de um mundo comum.

Desse modo, a educação é fundamental para acolher as novas gerações e introduzi-las no mundo, a fim de que estabeleçam sua presença neste espaço-tempo compartilhado pelas múltiplas gerações. Por isso, o ato educativo implica em uma dupla responsabilidade: - pelas crianças e jovens, por permitir-lhes o acesso ao conhecimento, e, conseqüentemente, a construção da autonomia intelectual; - pelo mundo, por possibilitar o seu cuidado, assegurando a preservação do legado de cada geração e a valorização da cultura.

Sendo assim, o amor precisa permear a prática educativa, demonstrando o compromisso com a formação de indivíduos capazes de agirem em conjunto na defesa de um mundo mais humanizado. Portanto, quem não for capaz de assumir a responsabilidade pelos educandos e pelo mundo não deve desempenhar nenhum papel na educação, como defende Arendt (1972).

Entendida dessa maneira, a educação é pensada e desenvolvida enquanto compromisso com a formação dos seres humanos, contemplando as dimensões ético-



políticas e técnico-científicas. Isso porque, é indispensável articular o conhecimento teórico, o domínio das técnicas e a eticidade, a capacidade de comprometer-se e cuidar do mundo.

1.2-Aprendizagem

O Parecer CEEEd. N.º 345/2018, estabelece que as aprendizagens essenciais são conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências e compõem o processo formativo de todos os estudantes ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Vale salientar que o aprender ocorre em diferentes espaços e tempos. A escola configura-se como uma dos múltiplos locais em que os seres humanos constroem aprendizagens, constituindo-se como espaço formal e institucionalizado, de convivência e de aprendizagem. A instituição educativa oportuniza o encontro de sujeitos inacabados, que interagem com os educadores, com os colegas, com o ambiente e com o conhecimento que permeia tal relação. Torna-se, portanto, local de sistematização de saberes, de circulação de subjetividades e da diversidade cultural.

A aprendizagem coopera para a compreensão do mundo, desenvolvendo a capacidade de pensar e de atribuir sentido aos acontecimentos e às experiências. Ao aprender, os sujeitos apropriam-se dos conceitos estudados e, por meio destes, ampliam o entendimento sobre o mundo.

1.3- Currículo

O RCG determina que o currículo configura-se como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento historicamente acumulado, bem como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos estudantes, por meio da articulação com suas vivências e saberes (PARECER CEEEd. N.º 345/2018).

Para Souza e Zilli (2014), o currículo constitui-se como uma das dimensões pedagógicas da Escola. É com e pelo currículo que as instituições educacionais



legitimam a sua função social e marcam intencionalidades em relação ao que ensinar, como ensinar, qual a finalidade do que se ensina e como avaliar o que foi ensinado. São esses pressupostos que marcam os acontecimentos no cotidiano da escola e a cultura escolar.

O currículo constitui os espaços de aprendizagem e as formas de orientar as políticas e práticas educativas, que se estabelecem no cotidiano escolar. A construção do currículo é uma ação coletiva, ou seja, ele é construído por todos os sujeitos que fazem parte do processo. O currículo organiza, dinamiza e potencializa os princípios institucionais, estruturando as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares em redes de conhecimento, saberes, valores, aprendizagens e sujeitos da educação.

1.4- COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE

Conforme o RCG, competência é a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (PARECER CEEEd. N.º 345/2018).

Compreende-se competência como um saber fazer, alicerçado em saberes. Perrenoud (1999, p. 7) conceitua competência como a “capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Implica na capacidade de enfrentar distintas situações, articulando a consciência e os recursos cognitivos com saberes, capacidades, atitudes, informações e valores, de maneira rápida, criativa e conexa.

Na escola, o desenvolvimento de competências requer que os educadores trabalhem na perspectiva da resolução de problemas e com as metodologias diversificadas. Torna-se necessário propor tarefas complexas e desafiadoras, mobilizando os conhecimentos dos educandos.

A BNCC prevê como competências:

- 1 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular



e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3 - Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4 - Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5 - Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8 - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10 - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Almejamos, portanto, que, em São Luiz Gonzaga, todos os educandos possam desenvolver tais competências, preparando-se adequadamente para assumirem a condição adulta e tornarem-se cidadãos participativos e engajados em um projeto de sociedade mais humanizado, próspero e solidário.

A Base Nacional Comum Curricular tem como fio condutor 10 Competências Gerais a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Essas competências visam assegurar aos alunos uma formação humana integral e, por isso, não constituem um componente em si. Ao contrário: elas devem ser tratadas de forma interdisciplinar, capilarizadas por todos os componentes curriculares.



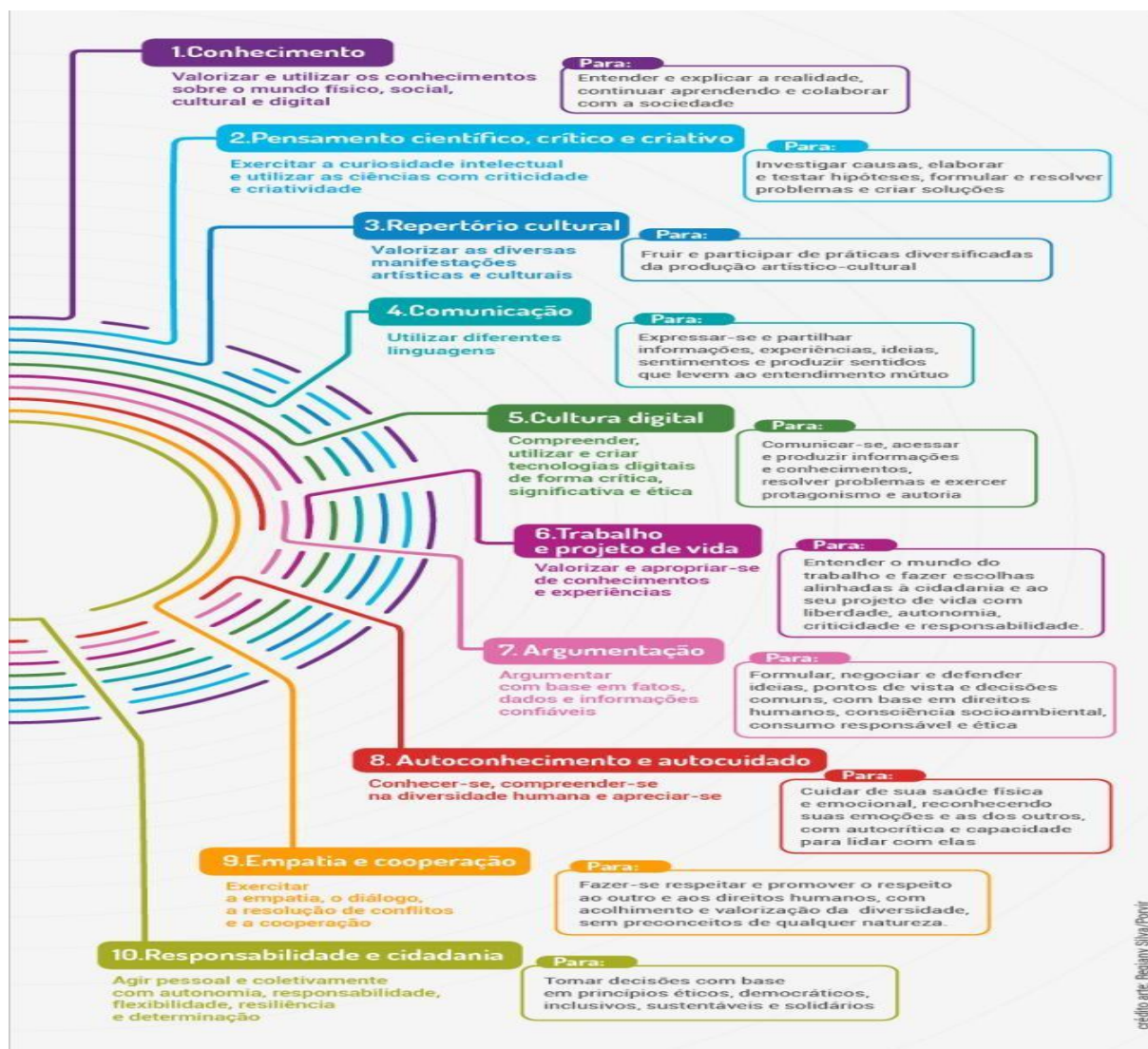
No século 21, a interconectividade e a complexidade das transformações sociais, culturais, tecnológicas, entre outras, têm ampliado a relevância e necessidade de compor outras competências para além das cognitivas. As competências pessoais e sociais estão organizadas em autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. A BNCC apresenta dez competências gerais da Base Nacional Comum Curricular já apresentada neste documento.

Nesse sentido as competências pessoais e sociais apresentam um conjunto de habilidades que permitem compreender as próprias emoções e formas de relacionar-se com os outros, viabilizando o autoconhecimento, colaboração e resolução de problemas. Essas competências fazem parte da formação integral e do desenvolvimento dos sujeitos.

Em consonância com a BNCC, as competências pessoais e sociais devem estar imbricadas e articuladas com as áreas do conhecimento e componentes curriculares em movimento espiralado, possibilitando o desenvolvimento das seguintes competências:

- a) respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional;
- b) atuarem grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros; e
- c) conhecer e respeitar as formas de convívio social.

Ressignificar o ambiente escolar com as diferentes competências de ordem cognitiva, comunicativa, pessoais e sociais impacta diretamente na formação integral dos estudantes.



FONTE BNCC 2018

1.5- Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade propõe mais do que a junção de disciplinas ou a aproximação entre conteúdos, buscando a superação da fragmentação do currículo escolar. Trata-se de uma postura reflexiva diante do conhecimento, segunda a qual não se negam as disciplinas, mas se estabelece uma conexão entre as mesmas, permeada pelo diálogo e pela busca por sentido.

O prefixo inter, dentre as diversas conotações que podemos lhe atribuir, tem o significado de “troca”, “reciprocidade” e “disciplina”, de “ensino”, “instrução”, “ciência”. Logo, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como sendo um ato de troca, de reciprocidade entre as disciplinas ou ciências – ou melhor, de áreas do conhecimento (FERREIRA, M., in FAZENDA 2011a, p. 22).



O envolvimento das competências específicas articuladas entre si permite um trabalho contextualizado, inibindo a prática que isola os conteúdos, tanto na perspectiva investigativa quanto em um plano de intervenção. Essa prática de ensino integra saberes e rompe as barreiras que impedem o diálogo. A interação entre as ideias e os conceitos se reflete nos procedimentos de planejar e colocar em prática, na sala de aula ou em outro espaço educativo, sendo vista também como uma forma de ressignificar o processo escolar.

1.6- Educação Integral:

A educação Integral refere-se à percepção do sujeito em sua integralidade, ou seja, as dimensões que envolvem o sujeito são: a intelectual, a física, a afetiva, a social, a ética moral e a simbólica. Portanto, a educação será integral se contemplar todas essas dimensões.

Neste sentido, compreende-se que a complexidade humana demanda um processo educativo amplo e diversificado, oportunizando a todos o acesso ao conhecimento e às possibilidades de emancipação.

Para Guará (2006, p. 16):

A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se a ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de homem integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade. Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano.

Com base nessa concepção de educação Integral, espera-se que a formação dos educandos promova o desenvolvimento de suas múltiplas potencialidades. Sendo assim, a escola necessita contemplar os aspectos cognitivos, psicomotores, emocionais e socioculturais dos estudantes, assegurando-lhes o direito a uma educação de qualidade.

A educação integral supõe, ainda, a articulação da escola com a família e a comunidade, propiciando experiências formativas que extrapolam o espaço escolar, constituindo uma rede em favor do desenvolvimento dos indivíduos e de sua inserção



crítica na sociedade. Tais pressupostos precisam estar explícitos no projeto político-pedagógico das instituições e nas políticas públicas da educação, de modo a abranger as demais áreas, como cultura, esporte, assistência social, ambiente e saúde.

1.7 Educação infantil de tempo integral.

A primeira observação a ser feita é que atualmente as creches integram o sistema de ensino e não mais o da assistência social.

Para tanto se faz necessário o seguinte:

- ✓ Direito de todas as crianças, conciliando com o direito dos pais;
- ✓ A todas as crianças, independente da classe social, como sujeitos de direito à educação desde o nascimento;
- ✓ Desenvolvimento integral da criança em todos os aspectos de sua personalidade;
- ✓ Tem que ter padrões mínimos de qualidade no atendimento de toda a demanda;
- ✓ É vista como elemento fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Contribuindo na formação das estruturas físicas, sociais, afetivas e cognitivas, base de toda aprendizagem ao longo da vida;
- ✓ Proposta pedagógica em cada escola, elaborada com a participação dos professores e que definem os objetivos, os procedimentos e as inter-relações no espaço educacional, aprovada pelo órgão competente;
- ✓ Parcial e integral (segundo o PNE 2014-2024 – estratégia 17 da Meta 1 e a Meta 6, o tempo integral deve ser estimulado);
- ✓ Professores qualificados, preferencialmente em curso de graduação de nível superior;
- ✓ Cuidado e educação - política voltada para toda população, para garantia de seu direito (educação).

1.8- Educação de Tempo Integral para o ensino fundamental e médio

A educação de tempo integral exige que algumas premissas básicas sejam previstas, entre as quais podem ser citadas:



- o currículo integralizado, com matriz flexiva e diversificada, ou seja, intercalar disciplinas do núcleo comum as eletivas;
- professores e demais educadores em regime de dedicação plena e integral à unidade escolar;
- escola alinhada com a realidade do aluno, preparando-o para realizar seu projeto de vida e ser protagonista de sua formação;
- modelo de gestão voltado para o resultado escolar: melhoria do desempenho do aluno e redução do abandono / evasão escolar; e
- infraestrutura diferenciada, com salas temáticas, laboratório de ciências, salas de leitura e de informática e refeitório em todas as escolas.

1.9 Ciência e Tecnologia Aplicadas à Educação do Século XXI

Sabemos que a escola precisa encontrar um novo rumo, com diferentes e modernos métodos de aprendizagem que integrem pedagogicamente tecnologias antigas e novas, uma aprendizagem voltada para o estudante protagonista e para o uso pedagógico apropriado das ferramentas digitais, o que requer um professor qualificado, inserido didaticamente a essa nova perspectiva, para que possa mediar a educação digital.

As tecnologias digitais, sempre em mudança, trazem para o contexto escolar uma inquietação, pois, ao mesmo tempo em que exigem da escola uma nova abordagem, também proporcionam a oportunidade de abandonar um modelo obsoleto, refletindo sobre uma metodologia contemporânea, que promove a participação efetiva dos estudantes, a humanização dos processos escolares e a implantação de metodologias ativas nas quais o projeto pedagógico contemple a nova realidade escolar, com inúmeras alternativas de interações, conexões, experiências, ensino pela pesquisa, descobertas e desafios.

O estudante não é mais um telespectador, consumidor, mas um agente de conhecimento e mudança. E, neste contexto, o professor também não é o detentor do saber, mas o facilitador e orientador que mostra o caminho, que tem o papel de promover a reflexão, avaliação e escolhas, possibilitando ao estudante a autoaprendizagem, com o uso adequado de toda a tecnologia disponível. A escola



precisa ser um porto tecnológico de apoio voltado à pesquisa, à criação e à formação integral do estudante.

1.10 Avaliação

Avaliação é a prática de atribuir valor. Na educação, o ato de avaliar configura-se como uma das tarefas mais desafiadoras e complexas, pois requer superar a mera atribuição de nota ou classificação dos estudantes. Implica, pois, a observação atenta ao processo de construção do conhecimento pelos estudantes. Processo este que é distinto para cada indivíduo.

Dentre as funções da avaliação, destaca-se a de elaboração de um diagnóstico das conquistas, das limitações e das potencialidades dos educandos. Conforme Luckesi (2000):

[...] o ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retornar a ela; mas sim como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada. De fato, o momento de avaliação deveria ser um “momento de fôlego” na escalada, para, em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca como um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico como, no caso, a aprendizagem. Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com a função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade (LUCKESI, 2000, p. 34-35).

Construir um diagnóstico demanda o olhar crítico e propositivo, a partir do qual o educador pode identificar a trajetória de aprendizagem percorrida pelos estudantes, pautando seu planejamento das estratégias pedagógicas de acordo com as metas a serem atingidas. Tal acompanhamento é fundamental para que a avaliação não seja um ato isolado, descontextualizado e que desconsidera o caminho percorrido pelos educandos.

Por meio do diagnóstico, construído atentamente, a avaliação pode assumir a perspectiva emancipatória, que visa à promoção dos indivíduos. Por isso, avaliar não é tarefa exclusiva dos professores. Os alunos precisam envolver-se em todas as etapas do processo, a fim de apropriarem-se do diagnóstico de sua trajetória de aprendizagem, o que é essencial para a construção da autonomia, para que os próprios indivíduos verifiquem em que aspectos precisam avançar e invistam seu empenho nesses aspectos. Portanto, a avaliação é um momento compartilhado de aprendizagem.



A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. [...] Está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem suas próprias alternativas de ação (SAUL, 1995, p. 61).

Na perspectiva emancipatória, busca-se a avaliação processual, não restrita, ocorrendo ao longo do percurso e analisando o contexto. O foco não deve ser naquilo que os educandos não conseguiram aprender, mas em sua caminhada, observando-se seus avanços e suas limitações, para indicar os pontos em que é necessário reforçar as aprendizagens, constituindo-se em um processo de reconstrução e aprimoramento do saber.

Dessa forma, Hoffmann e Saul (2000) defendem que os instrumentos avaliativos precisam ser diversificados, contínuos e respeitar as diferenças dos alunos. Enquanto ato pedagógico, a avaliação centra-se na aprendizagem, na busca de garantia de que todos aprendam, não restringindo-se a uma classificação entre aprovados e reprovados. Para ser útil, a avaliação necessita fornecer subsídios para as decisões dos educadores quanto ao planejamento e prática em sala de aula.

1.11. Formação Permanente de Docentes

Partimos do pressuposto de que o professor é referência na área em que atua. Não se trata de ser dono absoluto de um campo do saber, mas de dominar os conhecimentos e as metodologias de ensino, responsabilizando-se pela aprendizagem dos estudantes. Esses são os pilares da autoridade docente e da competência do educador.

A competência faz-se imprescindível ao educador no trato com os conteúdos e com as metodologias de ensino, pois como postula Freire (1993, p. 28): o fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo.



A construção da competência demanda a formação permanente¹. O exercício da docência impõe ao professor o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar, enquanto processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática (FREIRE, 1993, p. 28).

A formação permanente necessita ser permeada pela reflexão e pelo diálogo sobre a prática e sobre o contexto de inserção da escola e suas implicações no cotidiano institucional, para que o educador compreenda a prática social deste contexto e os saberes dela resultantes. A reflexão e o diálogo propiciam a reinvenção das práticas, posto que, para Freire (2000), quem ajuíza o fazer docente é a sua prática, a qual é iluminada teoricamente. A busca constante de aprimoramento teórico-prático configura-se como um dos compromissos dos educadores.

2 ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 Educação Infantil

Em consonância com o Art. 9ª da Resolução CEEEd 345/2018, a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito inalienável das crianças, do nascimento aos cinco anos de idade, a que o Estado tem o dever de atender, em complementação à ação da família e da comunidade. Educação Infantil, organizada em creches para crianças de zero a três anos de idade e pré-escola para aquelas com quatro e cinco anos, tem como finalidade proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar das crianças, seu desenvolvimento físico, cognitivo, intelectual, afetivo e social, ampliando experiências de interação e convivência na sociedade, marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

A frequência na pré-escola deve ser de, no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de, no mínimo, 200 dias letivos, com carga horária mínima diária de 04 (quatro) horas, para o turno parcial. Por outro lado, para tempo integral, de 7 horas diárias,

¹ A opção pela concepção de formação permanente e não continuada baseia-se na perceptiva freiriana, conforme a qual a formação não pode ser fragmentada. A partir do momento em que o profissional insere-se na educação, passa a construir sua competência profissional, engendrada pela experiência de vida e pelos estudos que realiza. Não há interrupções nesse processo. O professor forma-se no cotidiano de sua imersão na docência.



conforme rege a Lei 12.796/13, contados após a matrícula, sem que isto seja impeditivo para o prosseguimento dos estudos da criança.

A BNCC define que, na Educação Infantil, de acordo com os eixos estruturantes (as interações e a brincadeira), devem ser assegurados os direitos de aprendizagem, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver: 1 - Conviver; 2 - Brincar; 3 - Participar; 4 - Explorar; 5 - Expressar e 6 - Conhecer-se.

Como campos de experiências, na Educação Infantil, a BNCC determina os seguintes:

- O eu, o outro e o nós.
- Corpo, gestos e movimentos.
- Traços, sons, cores e formas.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação.
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

2.2 Ensino Fundamental

Como consta na BNCC, o Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros.

O Art. 10 da Resolução CEEEd N.º 345/2018, considera que o Ensino Fundamental dá continuidade aos objetivos definidos para a formação básica das crianças na Educação Infantil, prolongando o processo educativo durante os anos iniciais e completando nos anos finais, ao ampliar e intensificar as oportunidades de aprendizagem gradativamente, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – o foco central na alfabetização e letramento, ao longo dos 2 (dois) primeiros anos, considerando ser um bloco pedagógico ou ciclo sequencial não passível de interrupção;



III – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

IV – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

V – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

A BNCC propõe que, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, haja a valorização das situações lúdicas de aprendizagem, articulando-se com as experiências vivenciadas da Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Por ser um período de intensas mudanças no processo de desenvolvimento, marcado, principalmente, pela autonomia e maior desenvoltura, os indivíduos passam a participar do mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela, relacionando-se de forma ativa com o coletivo e com as normas sociais. Isso demanda o reconhecimento de suas potencialidades, o acolhimento e a valorização das diferenças.

Um dos desafios primordiais é evitar a ruptura entre as duas fases do Ensino Fundamental, integrando-as. Como destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010).

A transição entre o 5º e o 6º ano, precisa ocorrer de maneira planejada e com acompanhamento especial por parte dos educadores e dos profissionais da gestão escolar, a fim de proporcionar segurança aos estudantes, evitando rupturas bruscas e proporcionando-lhes condições de sucesso.

Quanto aos Anos Finais do Ensino Fundamental, a BNCC considera que esta etapa é marcada por desafios de maior complexidade, sobretudo devido à



necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

A transição da infância para a adolescência acarreta em mudanças de ordem biológica, psicológica, social e emocional. Segundo o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, nesse período da vida, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

Além dos indivíduos, o contexto contemporâneo traz novas demandas, tanto pelo volume de informações quanto pelos avanços tecnológicos. Tais transformações exigem currículos escolares que reconheçam e incluam as inovações científicas e tecnológicas, adequando-se à realidade vivenciada pelos educandos.

Frente a esse cenário, cabe à escola desempenhar seu papel de formar as novas gerações, oportunizando lhes o acesso ao legado das gerações anteriores, a construção do conhecimento, a interação com os demais e o estabelecimento de sua presença crítica no mundo, com especial atenção às especificidades dos educandos. Como defende a BNCC, é importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.

Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.



Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (BRASIL, 2017).

Sendo assim, uma das atribuições do Ensino Fundamental – Anos Finais é contribuir para a elaboração do projeto de vida dos estudantes, articulando as aspirações dos jovens com relação ao futuro e com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. A escola pode ser espaço de reflexão sobre o que cada um almeja ser, de planejamento do futuro, procurando desenvolver as competências pessoais e sociais imprescindíveis para a concretização destes propósitos.

2.3 Ensino Médio

Em conformidade com a BNCC, o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. A realidade atual aponta para a necessidade de universalizar o atendimento e garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2011 (DCNEM/2011):

Com a perspectiva de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (Parecer CNE/ CEB nº 5/2011).

Os currículos escolares, sobretudo no Ensino Médio, precisam contemplar a dinâmica social contemporânea nacional e internacional, atentando para as transformações científicas e tecnológicas, as mudanças no mundo do trabalho, bem como para as peculiaridades do público jovem.



O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído por meio da Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, busca dar suporte aos Estados na elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, contemplando a Base Nacional Comum Curricular, os diferentes itinerários formativos, as mudanças na estrutura da organização curricular e a ampliação da carga horária, previstas na Lei nº 13.415/2017.

A proposta do Novo Ensino Médio pressupõe a incorporação das premissas da BNCC no currículo, a escolha por itinerários formativos, concebidos como caminhos distintos aos estudantes, ajustados às suas preferências e aos seus projetos de vida, com vistas ao protagonismo juvenil. Além disso, há mudanças no que se refere à formação técnica e profissional no Ensino Médio regular, à ampliação da carga horária para, no mínimo, 3.000 horas totais, garantindo 1.800 horas de formação geral básica (BNCC) e o restante para os itinerários formativos.

Os itinerários formativos são o conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas escolas e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho. Os itinerários podem estar organizados por área do conhecimento e formação técnica e profissional ou mobilizar competências e habilidades de diferentes áreas ou da formação técnica e profissional, no caso dos itinerários integrados. Os estudantes podem cursar um ou mais itinerários formativos.

2.4 Ensino Técnico Profissionalizante de Nível Médio

No âmbito de São Luiz Gonzaga, oportuniza-se a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, oferecida ao aluno que tenha concluído o Ensino Fundamental, e, Educação Profissional de Nível Médio Subsequente para o aluno que tenha concluído o ensino médio. É desenvolvida de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio, superando a dualidade entre a Formação Profissional, a Formação Geral tendo como foco as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Por meio da formação técnica profissionalizante, espera-se que o profissional formado na Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio e Subsequente deva ter uma formação técnica sólida, deve ser capaz de articular os conhecimentos



científicos, filosóficos, tecnológicos, sócio históricos, e pautar-se pelos princípios da ética e da cidadania, buscando o aperfeiçoamento permanente e a integração consciente no mundo do trabalho.

Além disso, desenvolver projetos que oportunizem para o educando conhecimentos teóricos e práticos, relacionados às atividades agropecuárias e do ensino Médio, dando ênfase técnica e econômica, contribuindo para o desenvolvimento da região das Missões, que tem sua economia essencialmente baseada no setor primário.

A Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio e Subsequente tem como fundamento uma concepção de conhecimento compreendido como processo humano, sempre provisório, histórico, na permanente busca de compreensão, de organização e de transformação do mundo vivido. A produção do conhecimento se origina nas práticas sociais e nos processos de transformação da natureza pelo homem.

O currículo é o conjunto das relações desafiadoras das capacidades de todos, que se propõe a resgatar o sentido da escola como espaço de desenvolvimento e aprendizagem. Os conteúdos são organizados a partir da realidade, da necessidade de sua compreensão e do entendimento do mundo, ao mesmo tempo em que estabelece o vínculo necessário entre a formação geral e a formação profissional específica do curso técnico de nível médio que está sendo cursado pelo aluno.

2.5 Curso Normal

O Rio Grande do Sul é um dos Estados brasileiros que oferta o Curso Normal em seus estabelecimentos de ensino. O Curso Normal de nível médio e pós médio é modalidade que se constitui como principal porta de acesso para formação inicial docente gaúcha, habilitando centenas de novos professores e professoras a cada ano.

O Curso Normal propõe-se à formação de professores para atuar na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e no Ensino Fundamental (Anos Iniciais: 1º ao 5º ano). Como principal característica, apresenta a preparação dos estudantes junto às escolas, conectando os estudos formativos com a vivência de Práticas de Ensino no cotidiano escolar da Educação Infantil e Anos Iniciais.

O curso é ofertado em nosso município de duas formas:



- Ensino Médio – Curso Normal: integrado ao Ensino Médio regular, constitui-se por três blocos: Formação Geral, Parte Diversificada e Formação Profissional. Sendo a conclusão do estágio profissional supervisionado o critério obrigatório para obtenção do diploma. *Recebe alunas e alunos que concluíram o Ensino Fundamental e querem realizar um curso profissionalizante a partir do 1º ano do Ensino Médio, com objetivo de tornarem-se professoras e professores.*

O Curso Normal – Aproveitamento de Estudos: subsequente ao Ensino Médio, se constitui somente pelo bloco da Formação Profissional. Também se faz obrigatória a conclusão do estágio profissional supervisionado para obtenção do diploma. *Tem como público-alvo, alunas e alunos que concluíram o Ensino Médio e querem realizar um curso profissionalizante com objetivo de tornarem-se professoras e professores.*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, determina formação em nível superior, curso de licenciatura plena, para a docência na educação básica e, no mínimo, o nível médio, na modalidade normal/magistério, para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

Ao longo dos anos, o Curso Normal/Magistério vem acompanhando as mudanças no cenário educacional brasileiro, lutando para manter sua identidade e ter sua presença garantida, reconhecida e valorizada na formação profissional dos educadores, com sua proposta formativa-profissionalizante concretizada na regulação das políticas públicas atuais.

A versão preliminar da BNCC Formação de Professores da Educação Básica tem por finalidade orientar a constituição dos currículos das instituições formadoras, e aponta para a necessidade de um processo focado na prática, que atenda as demandas da contemporaneidade e vá ao encontro do ensino das competências e habilidades previstas na BNCC da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A proposta pedagógica do Curso Normal mostra que essa modalidade pode contribuir nesta perspectiva, uma vez que:

- possui previstas 800 horas de práticas de ensino, distribuídas ao longo do curso desde o seu início;
- contempla a existência das Classes de Aplicação na Instituição formadora e em classes conveniadas, locus operante das vivências e reflexões da formação;



- possibilita ao educando se reconhecer como protagonista de sua história de vida e de sua formação profissional.

O Curso Normal, como formação inicial, é baseado em três dimensões associadas pelas didáticas e metodologias específicas: conhecimento, prática e comprometimento. Relacionando respectivamente, conhecimento ao domínio dos conceitos, a prática ao saber criar e administrar ambientes de aprendizagem, e ainda, o comprometimento do professor com a comunidade social e escolar.

É preciso entender a importância das práticas pedagógicas ao longo do curso, como promotoras de conhecimento da realidade e do diálogo contínuo entre a teoria e a prática. Através da pesquisa, observação, monitoria, experimentação, contação de histórias, oficinas pedagógicas, projetos de ensino, aplicação de sequências didáticas e planos de aula, estágios supervisionados, o Curso Normal objetiva conhecer e analisar o contexto da instituição escolar, a organização do trabalho docente em sala de aula e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto que as Classes de Aplicação integram-se à proposta pedagógica do Curso Normal, promovendo a compreensão de como se dá o processo de ensino e aprendizagem em situações concretas do ambiente escolar, estabelecendo a exploração de estratégias práticas fundamentadas teoricamente e constituindo um espaço pedagógico capaz de buscar formas de efetivar e alinhar conhecimentos adquiridos no Curso, com o que está proposto na BNCC para a Educação Infantil e os Anos Iniciais.

As Classes de Aplicação são formadas por alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do próprio estabelecimento formador e escolas da rede estadual e/ou municipais e conveniadas que ofereçam esta etapa de ensino.

Os alunos que hoje chegam ao Curso Normal possuem como principal característica a pluralidade: vivências familiares e sociais, história, cultura, experiências escolares, necessidades, potencialidades e expectativas únicas, que compõem de maneira também singular as turmas de estudantes normalistas do Ensino Médio e Pós Médio. O desafio das instituições formadoras se dá então, no reconhecimento e valorização desta pluralidade na constituição do SER PROFESSOR, e na constante resignificação e atualização do currículo.



O Curso Normal, é modalidade importante na concepção de uma Educação Integral, pois se estabelece como espaço de formação e desenvolvimento humano global, e de formação/atuação profissional, expandindo e enriquecendo os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores dos estudantes sobre si mesmos, sobre a sociedade e a cidadania, sobre sua identidade e repertório cultural, sobre o ser e o fazer docente.

A formação do professor se faz ao longo de toda a trajetória educativa do estudante, através das experiências vivenciadas, refletindo e espelhando-se nas melhores vivências para formar-se como pessoa e como professor, possibilitando constituir-se como um profissional competente.

3 MODALIDADES DE ENSINO

3.1 Educação Especial - Educação Inclusiva, Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado

A Constituição Federal de 1988 (Artigos 205, 206 e 208) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei Nº. 9394/1996) preconizam a educação como direito de todos os cidadãos, com destaque para o Art. 208, III: “o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Nota Técnica SEESP/GAB/Nº 11/2010 apresenta as orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Em conformidade com este dispositivo, a educação inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial.

A Educação Especial configura-se como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação, promovendo o atendimento educacional especializado e disponibilizando de recursos e serviços de orientação no processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência, Transtorno



Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades, com vistas à remoção de barreiras atitudinais e cognitivas no espaço educativo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2006) tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: Atendimento Educacional Especializado; e Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.

De acordo com tal política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado – AEE tem papel primordial para a construção de um sistema educacional mais equitativo, justo, de preservação da dignidade humana; assegurando a igualdade de condição a todos de não só o acesso, mas de permanência na escola.

Nessa perspectiva, a implementação de salas multifuncionais busca atender às especificidades dos educandos, em especial face à ampliação do número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas. Além disso, a inclusão implica na remoção de barreiras, oportunizando a inserção e a permanência de todos no espaço escolar. Por ter sentido amplo, a acessibilidade engloba os aspectos: arquitetônico, atitudinal, digital, pedagógico e metodológico.

3.2 Educação de Jovens e Adultos

Como prevê LDB- Nº 9.394/ 96, a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

O Art. 38 da LDB prevê que os sistemas de ensino deverão manter cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Estes exames, como ressalta o artigo, se referem à conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio,



para os maiores de dezoito anos; e os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Jamil Cury, relator do Parecer CNE/CNB 11/2000 (p. 7-9) enfatiza as três funções da Educação de Jovens e Adultos (EJA): reparadora, equalizadora e qualificadora. Segundo o autor:

1) Função Reparadora da EJA – refere-se ao ingresso dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, bem como, à restauração de um direito a eles negado, ou seja, o direito a uma escola de qualidade e ao reconhecimento da igualdade de todo e qualquer ser humano ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Torna-se indispensável que sejam propiciadas situações pedagógicas que atendam às necessidades de aprendizagens específicas de alunos jovens e adultos.

2) Função Equalizadora – preconiza a igualdade de oportunidades, visando proporcionar aos indivíduos outras possibilidades de inserção no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade supõe a busca de igualdade na distribuição dos bens sociais. Portanto, a EJA visa oferecer a todos um caminho de desenvolvimento, de modo que jovens e adultos possam atualizar conhecimentos, aprimorar habilidades, socializar experiências e ter acesso a múltiplas formas de trabalho e cultura.

3) Função Qualificadora – pauta-se na educação permanente, partindo da incompletude humana e de seu potencial de desenvolvimento e de adequação, por meio dos processos educativos. Trata-se do próprio sentido da educação de jovens e adultos.

Assim como a EJA, os NEEJAs fundamentam-se pela necessidade de auxiliar os alunos nas aprendizagens escolares básicas, para que o mesmo prossiga sua vida de cidadão responsável, sujeito de sua própria história.

3.3 Especificidades do NEEJA

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos é um estabelecimento de ensino próprio, comprometido com a educação como um direito de todos os cidadãos, numa perspectiva de inclusão e transformação social, em interação com os diferentes saberes, visando oportunizar a inclusão, a integração, e a transformação social do aluno.



A concepção da inclusão educacional expressa o conceito de sociedade inclusiva como aquela que não elege, não classifica e nem segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos.

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos têm como finalidades: orientar o atendimento ao aluno para a realização de exames de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, podendo fracioná-los por Área do Conhecimento e por Componente Curricular e realizar exames periódicos por Área do Conhecimento e relativos ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. O regime é não presencial, o que oportuniza ao aluno estudar em casa e comparecer ao NEEJA apenas para realizar as provas.

3.4 Educação do Campo

Segundo Roseli Cadart (2009), a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. Há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do Campo. As lutas pela terra, pelo trabalho e pela igualdade social se articulam com a luta pela educação, buscando condições de uma vida digna de seres humanos no lugar em que ela aconteça.

O currículo da Educação do Campo parte de um balanço crítico da realidade educacional das famílias trabalhadoras do campo, pensando estratégias para a geração de trabalho e renda. As noções de sustentabilidade e de agroecologia permeiam as práticas pedagógicas, visando a formação de sujeitos comprometidos com o local em que se inserem.

Para Caldart (2009), a Educação do Campo questiona a democratização do conhecimento, do acesso da classe trabalhadora ao conhecimento 'historicamente acumulado', ou produzido na luta de classes; propondo um vínculo mais orgânico entre conhecimento e valores, conhecimento e totalidade do processo formativo. Busca-se a superação da visão hierarquizada do conhecimento própria da modernidade capitalista, enfatizando o 'diálogo de saberes', que principia pela valorização do saber popular. Aprofunda-se a compreensão da teia de tensões envolvida na produção de diferentes saberes, nos paradigmas de produção do conhecimento. Também é valorizada a experiência dos sujeitos.



A Educação do Campo defende a presença da escola em todos os lugares, em todos os tempos da vida, para todas as pessoas. O campo é um lugar, seus trabalhadores também têm direito de ter a escola em seu próprio lugar e a ser respeitados. A escola necessita estar vinculada à 'vida real', não no sentido de apenas colada a necessidades e interesses de um cotidiano linear e de superfície, mas como síntese de múltiplas relações, determinações, como questões da realidade concreta. O projeto pedagógico necessita considerar os sujeitos concretos na diversidade de questões que a 'vida real' lhes impõe. O currículo precisa contemplar diferentes dimensões formativas e que articule o trabalho pedagógico na dimensão do conhecimento com práticas de trabalho, cultura, vida social.

Busca-se uma escola unitária, enquanto 'síntese do diverso' e o campo historicamente não tem sido considerado nessa diversidade. A Educação do Campo não nasceu como defesa a algum tipo de particularismo, mas como provocação/afirmação desta tensão entre o particular e o universal: no pensar a transformação da sociedade, o projeto de país, a educação, a escola.

3.5 Educação das Relações Étnico-Raciais

Para promover uma educação integral capaz de combater qualquer tipo de discriminação, em especial no que se refere à diversidade de etnias é necessário construir um ambiente acolhedor para todas as crianças independente da cor da sua pele.

Cientes de que, historicamente, foi construída a ideia que pele com cores mais claras se aproximam de um padrão pré-estabelecido, as relações raciais constituem aspectos desafiadores nas salas de aula. O que se busca é uma reeducação dessas relações possibilitando a compreensão que junto à cor da pele está uma história, uma cultura, uma descendência que precisa ser preservada e respeitada em todos os sentidos.

A inserção das discussões a respeito das relações étnico-raciais no currículo escolar é normatizada pela Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio, bem como pelo Parecer do CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-



Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante à implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas. Tais dispositivos resultaram na aprovação, em 2009, do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009).

O cumprimento dessas determinações legais requer a execução de projetos e práticas pedagógicas alicerçadas no direito à diferença, buscando erradicar preconceitos e ações discriminatórias que atingem grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros. Um dos pontos primordiais desse processo refere-se ao direito à diversidade étnico-racial na educação escolar, procurando dar voz e visibilidade à realidade africana e afro-brasileira nos currículos e nos projetos escolares. Trata-se, também, de afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares.

A implementação da educação das relações étnico-raciais nas escolas implica em transformações significativas, dentre as quais a inserção dessa temática no processo formativos dos professores, a fim de que se habilitem a trabalhar na perspectiva da diversidade étnico-racial, abordando com eficiência a temática africana e afro-brasileira como um direito. É preciso que os educadores compreendam que a questão étnico-racial refere-se a toda a sociedade brasileira, e não somente aos negros. Demanda, ainda, a ampliação das pesquisas sobre relações raciais, no Brasil e o destaque aos intelectuais negros e suas produções a respeito das relações raciais em nossa sociedade.

4 .Temas contemporâneos



Conforme o transcrito dos temas contemporâneos transversais na BNCC (TCTs) buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. O grande objetivo é que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que os TCTs permitam ao aluno entender melhor: como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres, assuntos que conferem aos TCTs o atributo da contemporaneidade.

Já o transversal pode ser definido como aquilo que atravessa. Portanto, TCTs, no contexto educacional, são aqueles assuntos que não pertencem a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas, pois delas fazem parte e a trazem para a realidade do estudante. Na escola, são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24)

O Parecer ressalta ainda que a transversalidade se difere da interdisciplinaridade, porém ambas são complementares, na perspectiva que consideram o caráter dinâmico e inacabado da realidade. Enquanto a transversalidade refere-se à dimensão didático-pedagógica, a interdisciplinaridade refere-se à



abordagem de como se dá a produção do conhecimento, como uma forma de organizar o trabalho didático pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas (p. 65). Na educação brasileira, os Temas Transversais foram recomendados inicialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, acompanhando a reestruturação do sistema de ensino. Nos PCNs os Temas Transversais eram seis, conforme demonstra a imagem a seguir:



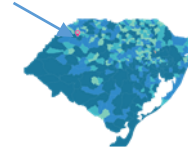
E assim segue o texto, portanto, os Temas Contemporâneos, ao manterem a orientação de sua abordagem transversal, por se referirem a assuntos que atravessam as experiências dos estudantes em seus contextos, contemplam aspectos que contribuem para uma formação cidadão, política, social e ética.

Outro aspecto relevante é que, diferentemente dos PCNs, em que os Temas Transversais não eram tidos como obrigatórios, na BNCC eles passaram a ser uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas, ampliados como Temas Contemporâneos Transversais, pois, conforme a BNCC (BRASIL, 2017), são considerados como um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito.

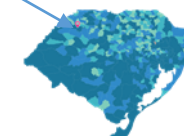


Em 2017, com a aprovação da BNCC, os diversos temas de grande relevância social, apesar de ainda não detalhados na sua forma de implantação, permaneceram contemplados como assuntos transversais e integradores de uma educação que busca uma sociedade mais justa, igualitária e ética, pois elevam o trabalho educativo para além do ensino de conteúdos científicos.

Para Moraes, entre outros (2002), a abordagem atual dos Temas Contemporâneos Transversais pode contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, pois tais estudos permitem a apropriação de conceitos, mudanças de atitudes e procedimentos onde cada estudante participará de forma autônoma na construção e melhorias da comunidade em que se insere



Ensino Religioso



ENSINO FUNDAMENTAL – 1º E 2º ANO				
COMPONENTE CURRICULAR: ENSINO RELIGIOSO				
1º ANO				
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES BNCC	HABILIDADES RS	HABILIDADES DOCUMENTO LOCAL
Identities and alterities	O eu, o outro e o nós	(EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós.	(EF01ER02RS-01) Reconhecer que cada um tem um nome e que cada nome tem um significado, que o identifica e/ou diferencia dos demais.	
		(EF01ER02) Reconhecer que o seu nome e o das demais pessoas os identificam e os diferenciam.	(EF01ER02RS-02) Valorizar a diversidade e a identidade cultural individual.	
Identities and alterities	Imanência e transcendência	(EF01ER03) Reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um	(EF01ER03RS-01) Reconhecer e respeitar as características físicas e experiências emocionais e religiosas individuais, respeitando suas variadas formas de manifestação.	

		(EF01ER04) Valorizar a diversidade das formas de vida.	(EF01ER04RS-01) Valorizar a diversidade de formas de vida e as Tradições Religiosas, reconhecendo-se como parte de determinada comunidade. (EF01ER04RS-2) Demonstrar abertura às diversas concepções de transcendências vivenciadas e/ou relatadas no cotidiano	
--	--	---	--	--



Manifestações religiosas	Sentimentos, lembranças, memórias e saberes	(EF01ER05) Identificar e acolher sentimentos, lembranças, memórias e saberes de cada um.	(EF01ER05RS-01) Manifestar e acolher pensamentos, lembranças, memórias e saberes culturais e religiosos na sala de aula.	
		(EF01ER06) Identificar as diferentes formas pelas quais as pessoas manifestam sentimentos, ideias, memórias, gostos e crenças em diferentes espaços.	(EF01ER06RS-01) Relacionar os diferentes saberes, memórias, lembranças, manifestando respeito com as Tradições Religiosas de sua comunidade (ritos, crenças, divindades).	
2º ANO				
Identidades e alteridades	O eu, a família e o ambiente de convivência	(EF02ER01) Reconhecer os diferentes espaços de convivência.	(EF02ER01RS-01) Reconhecer os diferentes espaços de convivência e religiosidade presentes em seu contexto de vida. (EF02ER01RS-02) Valorizar a família, percebendo as diferentes formas de constituição e pertencimento.	
		(EF02ER02) Identificar costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência.	(EF02ER02RS-01) Identificar costumes, crenças e formas diversas de conviver em ambientes religiosos distintos.	

			(EF02ER02RS-02) Reconhecer as diferentes religiosidades presentes no seu contexto familiar e comunitário e os espaços de convivência de cada uma.	
--	--	--	---	--



Identidades e alteridades	Memórias e símbolos	(EF02ER03) Identificar as diferentes formas de registro das memórias pessoais, familiares e escolares (fotos, músicas, narrativas, álbuns...).	(EF02ER03 RS-01) Identificar e registrar as memórias de familiares e comunitárias, religiosidade, redes sociais, pessoais, escolares (fotos, vídeo músicas, narrativas, álbuns etc.)	
		(EF02ER04) Identificar os símbolos presentes nos variados espaços de convivência.	(EF02ER04RS-01) Identificar os símbolos religiosos presentes nos diversos espaços de convivência da comunidade em que estão inseridos.	
Identidades e alteridades	Símbolos religiosos	(EF02ER05) Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas.	(EF02ER05RS-01) Distinguir e respeitar símbolos religiosos de Tradições Religiosas presentes na comunidade em que estão inseridos.	
			(EF02ER05RS-02) Reconhecer símbolos pertencentes a sua religiosidade pessoal e familiar.	
Manifestações religiosas	Alimentos sagrados	(EF02ER06) Exemplificar alimentos considerados sagrados por diferentes culturas, tradições e expressões religiosas.	(EF02ER06RS-01) Reconhecer alimentos considerados sagrados nas diferentes Tradições Religiosas presentes em sala de aula.	

		EF02ER07) Identificar significados atribuídos a alimentos em diferentes manifestações e tradições religiosas.	(EF02ER07RS-01) Identificar e comparar alimentos considerados sagrados por diferentes culturas e Tradições Religiosas da comunidade em que estão inseridos.	
--	--	--	---	--



ENSINO FUNDAMENTAL – 3º AO 5º ANO				
COMPONENTE CURRICULAR: ENSINO RELIGIOSO				
3º ANO				
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES BNCC	HABILIDADES RS	HABILIDADES DOCUMENTO LOCAL
Identidades e alteridades	Espaços e territórios religiosos	(EF03ER01) Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos.	(EF03ER01RS01) Identificar e respeitar os espaços e territórios religiosos, como locais de práticas e celebrações das diferentes Tradições Religiosas que compõem a comunidade escolar.	(EF03ER01RS01SLG01) Identificar e respeitar os espaços das Tradições Religiosas da Cultura Indígena na região do nosso Município e Sete Povos das Missões.
		(EF03ER02) Caracterizar os espaços e territórios religiosos como locais de realização das práticas celebrativas.		

Manifestações religiosas	Práticas celebrativas	(EF03ER03) Identificar e respeitar práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações, entre outras) de diferentes tradições religiosas.	(EF03ER03RS-01) Identificar e respeitar práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações, entre outras) das diferentes Tradições Religiosas existentes na comunidade.	
		(EF03ER04) Caracterizar as práticas celebrativas como parte integrante do conjunto das manifestações religiosas de diferentes culturas e sociedades.	(EF03ER04RS-01) Caracterizar as práticas celebrativas como parte integrante do conjunto das manifestações religiosas, a partir das vivências de cada um.	



Manifestações religiosas	Indumentárias religiosas	(EF03ER05) Reconhecer as indumentárias (roupas, acessórios, símbolos, pinturas corporais) utilizadas em diferentes manifestações e tradições religiosas.	(EF03ER05RS-01) Reconhecer e comparar as indumentárias utilizadas pelos líderes e membros religiosos das diferentes manifestações e tradições religiosas, presentes na sala de aula, conferindo respeito aos que fazem uso delas. (EF03ER05RS-01) Caracterizar as indumentárias como elementos integrantes das identidades religiosas.	
---------------------------------	--------------------------	--	---	--

4º ANO				
Manifestações religiosas	Ritos religiosos	(EF04ER01) Identificar ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário.	(EF04ER01RS-01) Conhecer ritos religiosos vivenciados no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário.	
		(EF04ER02) Identificar ritos e suas funções em diferentes manifestações e tradições religiosas.	(EF04ER02RS-01) Identificar e reconhecer ritos presentes nas diferentes manifestações e Tradições Religiosas, vivenciados em datas comemorativas e feriados municipais, estaduais e nacionais.	

			(EF04ER02RS-02) Conhecer e valorizar os diferentes cultos à natureza, ritualizados em diversas culturas e manifestações religiosas.	
--	--	--	---	--



		(EF04ER03) Caracterizar ritos de iniciação e de passagem em diversos grupos religiosos (nascimento, casamento e morte)	(EF04ER03RS-01) Caracterizar ritos de iniciação e de passagem em diversos grupos religiosos pertencentes à comunidade, tais como nascimento, batizado, casamento, morte e/ou outros. (EF04ER03RS-02) Valorizar rituais e experiências interculturais, a partir da convivência com as diferentes manifestações religiosas.	
		(EF04ER04) Identificar as diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos, gestos, cantos, dança, meditação) nas diferentes tradições religiosas.	(EF04ER04RS-01) Reconhecer as diversas formas de expressão em orações, cultos, gestos, cantos, dança, meditação, vivenciadas individual e coletivamente, nas diferentes Tradições Religiosas.	
	Representações religiosas na arte	(EF04ER05) Identificar representações religiosas em diferentes expressões artísticas (pinturas, arquitetura, esculturas, ícones, símbolos, imagens), reconhecendo-as como parte da identidade de diferentes culturas e tradições religiosas.	(EF04ER05RS-1) Reconhecer as representações religiosas em diferentes expressões artísticas presentes na comunidade em que os alunos estão inseridos. (EF04ER05RS-02) Compreender o conceito de arte sacra (religiosa) e sua importância na construção da história da humanidade.	

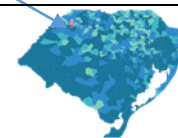


Manifestações religiosas	Ideia(s) de divindade(s)	(EF04ER06) Identificar nomes, significados e representações de divindades nos contextos familiar e comunitário.	(EF04ER06RS-01) Reconhecer nomes e representações de divindades presentes no contexto familiar e comunitário. (EF04ER06RS-02) Identificar a influência da religiosidade expressa na escolha de nomes no contexto familiar. (EF04ER06RS-03) Identificar locais e/ou estabelecimentos que foram nomeados em homenagem a líderes ou divindades representadas nas diferentes manifestações religiosas, da comunidade em que estão inseridos.	
		(EF04ER07) Reconhecer e respeitar as ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas	(EF04ER07RS-01) Exemplificar, a partir de imagens e/ou gravuras, as lendas, mitos e divindades presentes nas diferentes religiões e crenças da comunidade.	
			(EF04ER07RS-02) Reconhecer a(s) Divindade(s) - Transcendente(s)- de diferentes Tradições Religiosas.	



5º ANO				
Crenças religiosas e filosofias de vida	Narrativas religiosas	(EF05ER01) Identificar e respeitar acontecimentos sagrados de diferentes culturas e tradições religiosas como recurso para preservar a memória.	(EF05ER01RS-01) Conhecer e respeitar as manifestações e/ou acontecimentos sagrados através do resgate de memórias de Tradições Religiosas presentes em sua comunidade. (EF05ER01RS-02) Compreender a importância das tradições orais e escritas, memória local, de diferentes comunidades religiosas a partir de narrativas de seus membros. (EF05ER01RS-03) Perceber que nos textos sagrados e narrativas orais diversas Tradições Religiosas existem fundamentos norteadores para a vida.	
		(EF05ER02) Identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas.	(EF05ER02RS-01) Analisar o conceito científico do surgimento do homem relacionando com os mitos de criação das Tradições Religiosas presentes na comunidade e no Rio Grande do Sul.	

			religiosidade popular.	São Luiz Gonzaga
--	--	--	------------------------	------------------



		(EF05ER03) Reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte).	(EF05ER03RS-01) Conhecer as concepções de vida, morte e pós-morte nas diferentes Tradições Religiosas vivenciadas pelo grupo. (EF05ER03RS-02) Identificar as funções e mensagens religiosas contidas nas concepções e filosofias de mundo, do surgimento humano e das divindades.	
--	--	---	--	--

	Ancestralidade e tradição oral	(EF05ER04) Reconhecer a importância da tradição oral para preservar memórias e acontecimentos religiosos.	(EF05ER04RS-01) Identificar as Tradições Religiosas, presentes na comunidade, que transmitem seus ensinamentos oralmente, preservando suas memórias, princípios e acontecimentos marcantes.	
		(EF05ER05) Identificar elementos da tradição oral nas culturas religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras.	(EF05ER05RS-01) Identificar a importância dos líderes, sábios e anciãos dentro das Tradições Religiosas ocidentais e orientais, alicerçadas na oralidade. (EF05ER05RS-02) Resgatar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, comparando com as demais. (EF05ER05RS-03) Ler e interpretar histórias, ritos e lendas presentes na	



		(EF05ER06) Identificar o papel dos sábios e anciãos na comunicação e preservação da tradição oral.		
		(EF05ER07) Reconhecer, em textos orais, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.	(EF05ER07RS-01) Expressar os princípios éticos, religiosos e morais, relacionados à família, tais como: amor, tolerância, diálogo, respeito à dignidade humana.	

ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO				
COMPONENTE CURRICULAR: ENSINO RELIGIOSO				
6º ANO				
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES BNCC	HABILIDADES RS	HABILIDADES LOCAL DOCUMENTO
Crenças religiosas e filosofias de vida	Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados	(EF06ER01) Reconhecer o papel da tradição escrita na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos religiosos.	(EF06ER01RS-01) Identificar e valorizar as Tradições Religiosas de todos os povos que compõem a história do Rio Grande do Sul, ressaltando suas contribuições para a educação no Estado.	
		(EF06ER02) Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, entre outros).	(EF06ER02RS-01) Valorizar a diversidade de textos religiosos presentes nas diversas formas religiosas (Primitiva, Sapiencial, Profética e Espiritualista), reconhecendo-os como documentos históricos e religiosos da humanidade.	



Crenças religiosas e filosofias devida	Ensinaamentos da tradição escrita	(EF06ER03) Reconhecer, em textos escritos, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.	(EF06ER03RS-01) Identificar os textos sagrados das diferentes denominações religiosas a partir de sua comunidade. (EF06ER03RS-02) Conhecer os valores do altruísmo, do respeito e da ética, a partir da leitura e interpretação dos textos sagrados, orações, parábolas e cânticos religiosos. (EF06ER03RS-03) Demonstrar sensibilidade, solidariedade, empatia, perdão e cooperação nos acontecimentos do cotidiano. (EF06ER03RS-04) Reconhecer a importância dos textos sagrados na Tradição Religiosa da família e da comunidade em que está inserido	
--	--	--	--	--

		(EF06ER04) Reconhecer que os textos escritos são utilizados pelas tradições religiosas de maneiras diversas.	(EF06ER05RS-01) Comparar e analisar suas vivências e experiências do cotidiano, em consonância - ou não - com os princípios éticos e morais contidos nos textos das diversas Tradições Religiosas.	
		(EF06ER05) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das tradições religiosas.	(EF06ER06RS-01) Identificar a origem e significado das Tradições Religiosas existentes na comunidade em que está inserido.	



		(EF06ER06) Reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos.	(EF06ER06RS-02) Identificar e descrever os diferentes conceitos de narrativas sagradas. (EF06ER06RS-03) Narrar e compartilhar histórias sagradas que fazem parte de sua crença, refletindo sobre o significado ético/moral das mesmas.	
Crenças religiosas filosofias devida	Símbolos, ritos e mitos religiosos	(EF06ER07) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas	(EF06ER07RS-01) Conhecer e comparar os ritos de fé e simbologia das Tradições Religiosas vivenciados no contexto em que está inserido. (EF06ER07RS-02) Identificar e descrever diferenças e semelhanças entre religião e religiosidade. (EF06ER07RS-03) Identificar e compreender o significado e origem das festas e feriados religiosos presentes na comunidade que está inserido.	(EF06ER07RS-02SLG02) - Identificar conhecer a razão ser dentro do seu eu.

7ºANO				
Manifestações religiosas	Místicas espiritualidades	(EF07ER01) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas.	(EF07ER01RS-01) Identificar e respeitar as experiências e vivências narradas por membros de diferentes Tradições Religiosas.	



		(EF07ER02) Identificar práticas de espiritualidade utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos)	(EF07ER02RS-01) Identificar práticas de espiritualidade vivenciadas em situações, tais como: vida, gratidão, alegria, tristeza, acidentes, doenças, fenômenos da natureza de forma individual ou coletivas.	
			(EF07ER02RS-02) Descrever e comparar os principais ritos de passagem existentes no pluralismo cultural e religioso brasileiro.	

			(EF07ER02RS-03) Destacar as formas de cuidado consigo e com o outro, descritos pelas Tradições Religiosas, considerando o bem-estar social, mental e espiritual.	
	Lideranças religiosas	(EF07ER03) Reconhecer os papéis atribuídos às lideranças de diferentes tradições religiosas.		
		(EF07ER04) Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições à sociedade.		
		(EF07ER05) Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões		



Crenças religiosas e filosofias de vida	Princípios éticos e valores religiosos	(EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.	(EF07ER06RS-01) Identificar a vida como valor fundamental de todas as matrizes religiosas. (EF07ER06RS-02) Respeitar as diversas manifestações religiosas para que haja a convivência ética e o respeito mútuo. (EF07ER06RS-03) Identificar atitudes de intolerância e elaborar estratégias que promovam a convivência harmoniosa. (EF07ER06RS-04) Conhecer os aspectos estruturais das diferentes tradições e movimentos religiosos, cosmovisões e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, estéticos e éticos. (EF07ER06RS-5) Compreender criticamente a relação entre fé, razão e ética.	
		(EF07ER07) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos	(EF07ER07RS-01) Reconhecer as contribuições das Tradições Religiosas e seus valores éticos e morais para a formação das leis vigentes e dos Direitos Humanos, em especial no RS.	
	Liderança e direitos humanos	(EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de Consciência, Crença ou Convicção Questionando Concepções e práticas sociais que violam.		



8º ANO				
Crenças religiosas e filosofias de vida	Crenças, convicções e atitudes	(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.	(EF08ER01RS-01) Pautar sua vida no respeito à liberdade de crença e consciência dos demais. (EF08ER01RS-02) Analisar as diversas Tradições Religiosas, sua forma de ver o mundo em diferentes aspectos e como isso influencia suas atitudes. (EF08ER01RS-03) Identificar as tradições e 9 lendas gaúchas, que são permeadas por crenças, como o Negrinho do Pastoreio, M'Bororé, o Boitatá, a Noiva da Lagoa e outras.	(EF08ER01RS-01SLG-01) Identificar as tradições e lendas missioneiras-Sepé tiarajú.

			(EF08ER01RS-04) Conhecer as manifestações religiosas, seitas, filosofias de vida, significativas na sociedade brasileira, enfatizando as locais. (EF08ER01RS-5) Conhecer aspectos do diálogo entre religião e ciência ao longo da história.	(EF08ER04RS-01-SLG-04) Identificar tradição religiosa Da gruta nossa senhora de Iurdes.
--	--	--	--	--

		(EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos.	(EF08ER02RS-01) Conhecer e respeitar as Leis que garantem o direito à liberdade de consciência, crença, filosofia e convicção religiosa, comparando-as com suas atitudes.	
--	--	--	---	--



	Doutrinas religiosas	(EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte.	(EF08ER03RS-01) Identificar as concepções de vida e morte contidas nas diversas filosofias e Tradições Religiosas. (EF08ER03RS-02) Analisar os conceitos de finitude humana e transcendência, refletindo sobre o valor e o sentido da vida. (EF08ER03RS-03) Conhecer e descrever em que se constitui o sincretismo religioso e as formas de manifestações nas Tradições Religiosas.	
--	----------------------	--	--	--

			(EF08ER03RS-04) Observar e comparar como elementos de uma Tradição Religiosa são ressignificados em outra, através do Sincretismo. (Ex.: Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá)	
		(EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia).	(EF08ER04RS-01) Identificar a influência das Tradições Religiosas nos campos da política, saúde, educação, economia.	
	Crenças, filosofias de vida e esfera pública	(EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública.		



		(EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.	(EF08ER06RS-01) Analisar as políticas públicas e projetos sociais que contribuem para a promoção da liberdade religiosa, de pensamentos e valorização da vida no Brasil. (EF08ER06RS-02) Articular práticas que reconheçam a diversidade cultural e religiosa na promoção dos Direitos Humanos.	
	Tradições religiosas, mídias e tecnologias	(EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas	(EF08ER07RS-01) Conhecer e discutir a forma de utilização das mídias e tecnologias difundidas pelas diferentes denominações religiosas. (EF08ER07RS-02) Diferenciar amizade real de amizade virtual, ressignificando o sentido de companheirismo em sua essência, valorizando as vivências individuais e coletivas.	



9º ANO				
Crenças religiosas e filosofias de vida	Imanência e transcendência	(EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida.	(EF09ER01RS-01) Definir imanência e transcendência expressas pelas Tradições Religiosas em seus livros sagrados. (EF09ER01RS-02) Compartilhar suas experiências de vida, refletindo sobre seu planejamento individual, baseados em princípios morais, religiosos e éticos. (EF09ER01RS-03) Discutir as formas de exposição e de sua vida com o uso de mídias e suas consequências.	

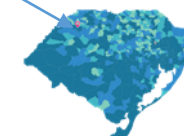


		(EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e desrespeito à vida por meio da análise de diferentes mídias.	(EF09ER02RS-02) Analisar criticamente, dentro de parâmetros éticos, morais e religiosos, as notícias do dia a dia vinculadas às diferentes mídias. (EF09ER02RS-01) Propor, com base nos escritos sagrados, soluções para situações cotidianas que contemplem a valorização da vida, o respeito, altruísmo. (EF09ER02RS-03) Ler e interpretar com criticidade as letras de músicas e canções populares, refletindo em consonância com parâmetros éticos, religiosos e morais.	
	Vida e morte	(EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes.	(EF09ER03RS-01) Compreender o sentido de vida e morte em diferentes Tradições Religiosas.	
		(EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres.	(EF09ER04RS-01) Caracterizar os ritos fúnebres das diferentes Tradições Religiosas. (EF09ER04RS-02) Analisar a influência das Tradições Religiosas na estruturação de conceitos de vida e morte para a ciência e a filosofia. (EF09ER04RS-03) Construir um projeto de vida, pautado mais na valorização do ser do ter.	



		(EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição)	(EF09ER05RS-01) Compreender as diferentes concepções de dimensões do ser humano, tais como materialismo, dicotomia (corpo e alma) e tricotomia (corpo, alma e espírito)".	
	Princípios e valores éticos	(EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana.	(EF09ER06RS-01) Apropriar-se dos valores éticos, morais e religiosos universais, como subsídios importantes para o crescimento pessoal e social de cada indivíduo. (EF09ER06RS-02) Reconhecer-se como parte integrante de uma sociedade pautada em princípios e valores morais, éticos e religiosos. (EF09ER06RS-03) Reconhecer e apropriar-se de valores éticos, morais e religiosos que contribuem para a erradicação de discursos de ódio e práticas de violência.	

		(EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos devida.	(EF09ER07RS-01) Valorizar o papel da família na preservação dos valores éticos morais e religiosos da sociedade. (EF09ER07RS-02) Analisar criticamente, sob a ótica da moral e ética, como sua comunidade trata pessoas com deficiências, idosos e grupos minoritários.	
		(EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos.		



5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da LDBEN/96, o Ensino Religioso tem uma abordagem com respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil. Assim acerca da diversidade religiosa e sócio cultural nos currículos escolares, no processo de ensino e da aprendizagem deve ser trabalhado o respeito à diversidade, à identidade e à alteridade do ser humano na sociedade, desenvolvendo habilidades relacionadas às diversas manifestações de crenças e filosofias de vida.

O Ensino Religioso é parte integrante do currículo do Ensino Fundamental com foco na construção efetiva de aprendizagens significativas, estendendo-se o Ensino Religioso como perspectiva inter-religiosa.

O EU objeto de estudo é o conhecimento que proporciona a compreensão de conceitos, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do povo brasileiro conhecendo as diferentes Matrizes Religiosas.

Compete ao Ensino Religioso abordagens religiosas, morais, éticas e científicas, sem privilegiar a nenhuma crença ou convicção fundamentadas pelos preceitos: CONHECER – COMPREENDER – RECONHECER – CONVIVER- ANALISAR E DEBATER.

O Ensino Religioso contribui para que o estudante construa sua identidade, a partir de vivências e práticas, conhecendo e compreendendo a si mesmo e ao outro no cenário em que está inserido, pertencente ao momento histórico, cultural e religioso e por tanto autor de sua história de vida; se conhecendo e conhecendo e respeitando a si e ao outro; seus sentimentos, lembranças, símbolos, saberes e manifestações religiosas de seu País, Estado e Município.



6- ATA DE APROVAÇÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA, APROVADA NO FÓRUM MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
“Capital Estadual da Música Missioneira” – Lei Estadual nº.14.123/2012
“Paço Municipal Sepé Tiaraju” – Lei Municipal nº. 5.550/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – SEMAD

DECRETO N.º 5.329, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

Nomeia os integrantes do Fórum Municipal de Educação do Município de São Luiz Gonzaga, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 15, incisos IV e VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Decreto Municipal n.º 4.845, de 31 de maio de 2017,

Considerando informações do Of. SEMECE n.º 391/2019, constante no Processo Administrativo n.º 1878/2019,

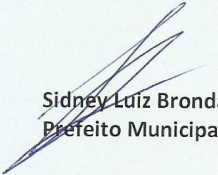
DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Fórum Municipal de Educação, cujo rol consta no anexo único deste Decreto.

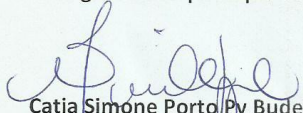
Art. 2º - As funções dos membros são consideradas de relevante interesse público e não remuneradas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de outubro de 2019.


Sidney Luiz Brondani
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.


Catia Simone Porto Py Budel
Secretário Municipal da Administração e Desenvolvimento

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
“Capital Estadual da Musica Missioneira” – Lei Estadual nº.14.123/2012
“Paço Municipal Sepé Tiaraju” – Lei Municipal nº. 5.550/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – SEMAD

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N.º 5.329, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

ENTIDADES E MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Rosângela Aparecida Minuzzi Vidoto.

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Membro: Níria J. Pereira de Matos; Suplente: Mirian Adriana Bastos Peixoto

Membro: Karina Zborowski; Suplente: Tatiane Fin Fiess

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME:

Membro: Maria Izabel de Oliveira Duarte; Suplente: Jerusa Dutra Schreiner.

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

Membro: Cristiane Nunes Paniz; Suplente: Florisbela Barcelos de Oliveira.

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Membro: Liliâne Aparecida Souza Balbé; Suplente: Eliziane Albieiro Merlugo.

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS:

Membro: Miriam Moraes; Suplente: Lena Maria Escobar Sarmiento.

REPRESENTANTES DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA-URI:

Membro: Anelise Nascimento Teixeira; Suplente: Renata Barth Machado.

REPRESENTANTES DA COMISSÃO BNCC:

Membros: Ana Luca Moreira Rebolho, Tereza Nogueira Fontoura da Silva, Andreia Ferraz Borba, Mariza Klein Ditz, Francieli Brun Maciel.

Suplentes: Nara Aparecida da Trindade Garcia, Rosa Carine Menezes de Mattos, Vera Lucia de Vargas Padilha, Carmem Lúcia Machado Martins.

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”.



Marques Gomes, Renata Bayth Machado, Denise Torres, Marlene da Rosa Chaves,
Ricardo Pereira, Bernardo, Terezinha, Ferreira, Iezza Aguiar, An-
tonio da Silva, Ezequiel, José Carlos dos Santos, Francisco, Maria
Luiza, Teresa, Rosineia, Iza Zorzo, Maria Zernack Oliveira,
Stefani de Campos Dominhieri, Eleonilde Barabes de Oliveira,
Christiane Luiz, Fabiane Rafter, Andreia Ferraz, Gaby, Vera
Lúcia de Vargas Padilha, Karina Zemann, Thais, Romeli,
Antonim, Maria Sirlu, Schuler, Ziguira, Mara Regina Trindade, Figueira,
Joemeri Karlinksi, Murilo, Maria, Nilton, Luiz, Neto, JB.

Ata nº 02/2019

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, a partir das treze horas e trinta minutos, no salão Nobre da URI de São Luiz Gonzaga, foram retomados os trabalhos para análise e aprovação das proposições ao Documento Orientador do Território, no 2º Fórum Municipal de Educação de São Luiz Gonzaga. A comissão de estudos da etapa Anos iniciais do Ensino Fundamental inicia a leitura dos objetivos construídos pela comunidade e revisados pela Comissão. *Para os anos iniciais houve apenas uma sugestão de objetivo para o Território, que foi aprovado por unanimidade. Na área, digo, no componente curricular geografia, 1º ano, houve debate, retificação, que foi aprovado por unanimidade. Para a área de humanas, anos iniciais, os objetivos foram todos aprovados por unanimidade. Retificando, quando se lê * "Para os anos iniciais houve apenas"... deve-se completar com: "Para os anos iniciais, área de ciências da natureza, houve apenas"...



88

Em história, ainda área de humanas, os objetivos propostos pela Comissão foram todos aprovados por unanimidade. Na área de linguagem, no componente curricular "Artes" não houveram contribuições. No componente curricular "Educação Física" não houveram contribuições. No componente curricular "Língua Portuguesa" o objetivo proposto foi aprovado por unanimidade. Em "matemática", houve debate, retificação e o novo objetivo foi aprovado por unanimidade, que seria o uso de dados numéricos dos bairros do município. Em "ensino religioso", a proposição apresentada foi aprovada por unanimidade. Na sequência dos trabalhos, a Comissão de estudos dos anos finais iniciou a leitura dos objetivos construídos ao longo do processo de construção do Documento Orientador. Na área de "ciências da natureza", componente curricular ciências os objetivos propostos foram aprovados por unanimidade. Na área de ciências humanas, componente curricular "geografia", todas as proposições trazidas para votação foram analisadas, retificadas e aprovadas por unanimidade; em "história", as proposições apresentadas foram aprovadas unanimemente. Para "matemática" anos finais, as contribuições trazidas pela comissão foram aprovadas por unanimidade. No "ensino religioso" os objetivos propostos foram aprovados da mesma forma. As linguagens, através de suas comissões, seguiram, na sequência, com "Língua Inglesa", os objetivos do território foram aprovados. Em Língua, digo, "Educação Física", as pro-



posições do território foram analisadas, debatidas e aprovadas por unanimidade. Na sequência houve a leitura do capítulo Introdutório da língua espanhola, mas antes disso foram debatidas as contribuições da Língua Portuguesa e aprovada por unanimidade pelos participantes do Fórum. O texto introdutório da língua espanhola justifica a necessidade do ensino pela proximidade de países que a utilizam em sua comunicação. Após o debate, algumas retificações pontuais e análise, o texto foi aprovado. As habilidades para o componente curricular Língua Espanhola foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, lavro a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes. São Luiz Gonzaga, 5 de novembro de 2019. Ana Lucía Moreira Rebollo, Gisela Comaratto dos Santos, Tuzza Fontoura da Silva, Angelini Cristiani Zulon, Filipina Rocha, Priscila Ferreira Porto, Tamara M. de Paula, Naira Lucía M. Klaser, Elisângela Reis Lyberty Jacob Schmidt, Marlene da Rosa Braves, José Valdir Peres Ramos, Jéssica de Aguiar, Jannim de C., Cinthia Trauer Fabruccio, Tatiana Guedes de Melo, Juliana Balli, Maria Aparecida da Silva, Rosmário da Costa, Carla Maria Silva, Selange Zanetti Wannner Bastillo, Jaci Sule Schuur Siqueira, Francieli Maciel, Kristiane Pary, Miriam Moraes, Vera Lucia de Vargas Padilha, Milton L. de Fátima, Nívia Matos, Jua Carlos Farias